

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNY
FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR

Nyéléni, Selingue, Mali

Quarta-feira 28 de fevereiro de 2007

Nós, mais de 500 representantes de mais de 80 países, de organizações camponesas, agricultores familiares, pescadores tradicionais, povos indígenas, povos sem terra, trabalhadores rurais, migrantes, pastores, comunidades florestais, mulheres, jovens, crianças, consumidores, movimentos ecologistas e urbanos, nos reunimos com o povo de Nyéleény em Selingue, Mali, para fortalecer o movimento global pela soberania alimentar.

O fizemos, tijolo a tijolo, vivendo em cabanas construídas a mão, segundo a tradição local, e comendo a alimentação produzida e preparada pela comunidade de Selingue. Damos ao nosso trabalho o nome de Nyéleény, como homenagem, inspirados na legendária camponesa maliense que cultivou e alimentou sua gente.

A maioria de nós somos produtores e produtoras de alimentos e estamos dispostos, somos capazes e temos a vontade de alimentar a todos os povos do mundo. Nossa herança como produtores de alimentos é fundamental para o futuro da humanidade. Este é particularmente o caso de mulheres e povos indígenas que são criadores de conhecimentos ancestrais sobre alimentos e agricultura e que são desvalorizados. Para esta herança e esta capacidade de produzir alimentos nutritivos, de qualidade e em abundância, se vêm ameaçadas pelo neoliberalismo e o capital global. Frente a isto, a soberania alimentar nos aporta à esperança e ao poder para conservar, recuperar e desenvolver nossos conhecimentos e nossa capacidade de produzir alimentos.

A soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica e o direito de decidir o seu próprio sistema alimentar e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas. Defende os interesses das gerações actuais e

futuras. Oferece-nos uma estratégia para resistir e dismantelar o comércio livre e corporativo e o regime alimentar atual; orientar prioritariamente os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e de pesca para as economias locais e os mercados locais e nacionais; outorga o poder aos camponeses, à agricultura familiar, a pesca artesanal e o pastoreio tradicional; coloca a produção alimentar, a distribuição e o consumo como bases para a sustentabilidade do meio ambiente, social e econômica. Promove o comércio transparente, de forma a garantir condições de vida dignas para todos os povos e o direito dos consumidores de controlarem a própria alimentação e nutrição. Garante que os direitos de acesso e a gestão da nossa terra, territórios, águas, sementes, animais e a biodiversidade estejam nas mãos daqueles que produzem os alimentos. A soberania alimentar supõe novas relações sociais livres de opressão e desigualdades entre homens e mulheres, grupos étnicos, classes sociais e gerações.

Em Nyéléni, graças a muitos debates e a intensa interação, aprofundámos o conceito de soberania alimentar e temos efectuado intercâmbios acerca da realidade das lutas dos nossos respectivos movimentos, para conservar a autonomia e recuperar o nosso poder. Agora entendemos melhor os instrumentos que necessitamos para criar um movimento e promover a nossa visão coletiva.

EM PROL DE QUEM LUTAMOS?

Um mundo em que...

... todos os povos, nações e estados possam decidir seus próprios sistemas alimentares, políticas e proporcionem a cada um de nós alimentos de qualidade, adequados, acessíveis, nutritivos e culturalmente apropriados.

... se reconheçam e respeitem os direitos e o papel das mulheres na produção de alimentos e a representação em todas as instâncias de tomada de decisões.

... todos os povos de cada um de nossos países possam viver com a dignidade do seu trabalho e ter a oportunidade de viver em seus locais de origem;

... a soberania alimentar seja considerada um direito humano básico, reconhecido e respeitado pelas comunidades, povos, estados e as instituições internacionais;

... possamos conservar e habilitar as comunidades locais, zonas pesqueiras, as paisagens e os alimentos tradicionais, com base numa gestão sustentável da terra, do solo, água, das sementes, dos animais e da biodiversidade;

... valoremos, reconheçamos e respeitemos a diversidade do nosso conhecimento, alimentação, línguas e culturas tradicionais bem como o modo em que nos organizamos e nos expressamos;

... exista uma reforma agrária integral que garanta aos camponeses pleno direito sobre a terra; defenda e recupere os territórios indígenas; garanta às comunidades pesqueiras o acesso e o controle das zonas de pesca e ecossistemas; que reconheça o acesso e o controle das terras e das rotas de migração de pastoreio; garanta empregos dignos com salários justos e direitos trabalhistas para todos os trabalhadores, além de um futuro para os jovens do campo, onde as reformas agrárias revitalizem a interdependência entre produtores e consumidores; garantam a sobrevivência da comunidade, a justiça econômica e social, a sustentabilidade ecológica e o respeito pela autonomia local e a governação com igualdade de direitos para as mulheres e os homens... onde seja garantido o direito aos territórios e a autodeterminação de nossos povos;

... compartilhemos nossos territórios em paz e de maneira justa entre nossos povos, sejamos camponeses, comunidades indígenas, pescadores artesanais, pastores nômades e outros;

... existindo catástrofes naturais, provocadas pelas pessoas e situações posteriores aos conflitos, a soberania alimentar fortaleça os esforços de recuperação local e diminua o impacto negativo. Que se tenha presente que as comunidades afetadas não são incapazes e uma sólida organização local é a chave para a recuperação pelos próprios meios;

... se defenda o poder dos povos para decidir sobre suas heranças materiais, naturais e espirituais.

CONTRA QUE LUTAMOS?

- O imperialismo, o neoliberalismo, o neocolonialismo, o patriarcado e todo o sistema que empobrece a vida, os recursos, os ecossistemas e os agentes que os promovem como as

instituições financeiras internacionais, a Organização Mundial do Comércio, os acordos de livre comércio, as corporações multinacionais e os governos que prejudicam a seus povos;

- O *dumping* de alimentos a preços abaixo do custo de produção na economia global;

- O controlo dos nossos alimentos e sistemas agrícolas que estão nas mãos de empresas e privilegiam os lucros às pessoas, à sua saúde e ao meio ambiente;

- Tecnologias e práticas que desgastam a nossa capacidade de produção alimentar, danificam o meio ambiente e põem em perigo a saúde, os cultivos e animais; transgénicos; tecnologia *terminator*; aquicultura industrial e práticas pesqueiras destrutivas; a chamada “revolução branca” e as práticas industriais no setor lácteo; as chamadas “novas e velhas revoluções verdes” e os “desertos verdes” dos monocultivos e agrocombustíveis industriais bem como outras plantações;

- A privatização e a mercantilização dos alimentos, serviços públicos básicos, conhecimentos, terras, águas, sementes, animais e património natural;

- Projectos/modelos de desenvolvimento e indústrias de extração que expulsam a população local e destroem o meio ambiente e a nossa herança natural;

- Guerras, conflitos, ocupações, bloqueios económicos, fome, desalojamentos e confisco de terras e todas as forças e governos que os provocam e apoiam. Programas de reconstrução pós-conflitos e catástrofes que destroem o meio ambiente e capacidades;

- A criminalização de todos aqueles que lutam por proteger e defender os nossos direitos;

- A ajuda alimentar que oculta o *dumping*, introduz OGMs nas comunidades locais e nos sistemas alimentares e cria novos padrões de colonialismo;

- A internacionalização e a globalização dos valores paternalistas e patriarcais que marginalizam as mulheres e as diversas comunidades agrícolas, indígenas, pastoris e pesqueiras no mundo.

QUE PODEMOS FAZER E FAREMOS A RESPEITO ?

Da mesma maneira em que estamos trabalhando com a comunidade de Selingue para criar um espaço de encontro em Nyélény, nos comprometemos a construir nossos movimentos colectivos para a soberania alimentar, criando alianças, apoiando nossas diferentes lutas e fazendo com que nossa solidariedade, força e criatividade cheguem aos povos de todo o mundo que têm um compromisso com a soberania alimentar. Cada luta pela soberania alimentar, independentemente em que lugar do mundo aconteça, é uma luta de todos.

Acordámos uma série de acções colectivas para compartilhar nossa visão de soberania alimentar com todos os povos do mundo, que estão detalhadas em documentos de síntese. Levaremos a cabo estas acções em cada uma das nossas respectivas áreas locais e regiões, em nossos próprios movimentos e conjuntamente em solidariedade com outros movimentos. Compartilharemos a nossa visão e agenda de acção para a soberania alimentar com aqueles que não puderam estar connosco em Nyélény, para que o seu espírito seja disseminado em todo o mundo e se converta numa poderosa força, que faça da soberania alimentar uma realidade para os povos de todo o mundo.

Por último, damos nosso apoio incondicional e absoluto aos movimentos camponeses do Mali e ao ROPPA em sua luta, para que a soberania alimentar se converta em uma realidade no Mali e em toda África.

É HORA DE SOBERANIA ALIMENTAR!!